



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –  
E-mail: [conanda@sdh.gov.br](mailto:conanda@sdh.gov.br) - Acesso: [www.direitosdacrianca.gov.br](http://www.direitosdacrianca.gov.br)



**PAUTA DA 271ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**  
**23 a 26 de abril de 2018**

**23/04**

14h30 às 18h - **Reunião da Mesa Diretora**

09h00 às 18h – **Reunião da Comissão de Seleção do Edital 006/2017**

**24/04**

09h às 12h **Reunião da Comissão de Seleção do Edital 006/2017**

10h às 16h - **Reunião dos Grupos temáticos**

17h30 às 18h30 - **Reunião da Comissão Organizadora da XI CNDCA**

**25/04**

9h às 12h - **REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão de Mobilização e Formação – CMF**

Sala de Reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH

**Comissão de Políticas Públicas – CPP**

Local: Plenária – 10º andar, MDH

**Comissão de Orçamento e Finanças – COF**

Local: Sala de Reuniões da SNPD, 8º andar, MDH

**Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP**

Local: Sala de Reuniões da SNPDDH, 9º andar MDH

12h às 14h – **Intervalo para o almoço**

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h às 14h30 – **Abertura da 271ª Assembleia, aprovação da pauta e informes**

14h30 às 15h30 – Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

15h30 às 16h – Relatoria da Comissão de Orçamento e Finança

16h às 17h – Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação

17h às 18h – Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (incluir na pauta do dia 26/04, pela manhã)

Homenagem póstuma a Sra. Maria Lucia Pereira (Lucinha), líder do Movimento de População de rua da Bahia.

18h – Encerramento da 271ª Assembleia Ordinária do CONANDA

**26/04**

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h00 às 9h30 – Abertura

9h30 às 10h30 – Relatoria da Comissão de Políticas Públicas

**Relatoria da CDHAP**

10h30 às 11h30 – Relatoria do GT Letalidade (2)

14h às 15h30 – Relatoria do GT Povos e Comunidades Tradicionais (3)

15h30 às 16h – Relatoria do GT Sistema de Garantia de Direitos (1)

16h às 17h –

Aprovação da resolução a respeito da dilação de prazo dos grupos de trabalho:

- Aprovada resolução / Encaminhar para publicação.

Nomes para participação nas caravanas:

- Norte: Jimena, Romero, Roberta
- Sudeste: Regina, Catarina e Roberta
- 2 votos contrários; 2 votos de abstenções, 12 votos de aprovação

Data da assembleia (junho e julho)

Proposta:

- Assembleia do mês de junho/2018 – não ocorrerá

23 de julho – Mesa diretora e GTs

24 de julho – Comissões

25, 26 e 27 de julho - assembleia

- Manter a reunião nas datas aprovadas em novembro de 2017 (25 a28 de junho).

Evento de reordenamento do MDS

- Pedir para o MDS participar da plenária do Conanda informando sobre o evento e sobre o PIA, bem como o estado da arte.

Plano Nacional do Tráfico de Pessoas:

- CONTRAP – mandar ofício solicitando que o plano seja encaminhado para o Conanda para análise e deliberação, considerando o seu papel.

17h – Encerramento da 271ª Assembleia Ordinária do CONANDA

## RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

### **PARTICIPANTES**

Conselheiros Titulares Presentes:

#### **Governamentais:**

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda.

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego.

Mariana Carvalho – Casa Civil.

Berenice Maria Giannella - Ministério dos Direitos Humanos.

#### **Sociedade Civil:**

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Antonio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asê D' Osoguã - CCIAO

Lucimara Cavalcante – Associação Internacional Maylé Sara Kali

Anna Beatriz – Federação Nacional das APAES – FENAPAES

Regina Leão - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Mariana Carvalho – Casa Civil/PR

#### **Conselheiros Suplentes Presentes:**

##### **Governamentais**

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório – Ministério dos Direitos Humanos

Maria Jose B Santos - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Ângelo Couto – Casa Civil

Thiago Stein - Ministério da Fazenda

Eduardo Gamor - MP

**Sociedade Civil:**

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Thais Dantas – Instituto Alana

Manoel Torquato Carvalho de Souza – Associação Nacional de Crianças Não e de Rua.

Joao Batista - Movimento Nacional de Menino e Meninas de Rua - MNMMR

**Demais Participantes:**

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Salete Valesan – FLACSO

Lidia Rodrigues – ECPACT

Felipe Fritz – MPF

Lindacir Bernardon – CEDCA/MT

Debora Costa – CDCA/PR

Roberto Motto – Federação Acir's

Sandra - FNDCA

Máila Rezende – AASP/BRASIL

Renata Lavarede – MPF/PFDC

Mayra Souza – SNDCA/MDH

**1. Abertura, aprovação da pauta da 271ª Assembleia Ordinária:**

O presidente do Conanda, Professor Marquinhos, faz abertura da 271ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos os presentes, apresenta a pauta das agendas desde o dia 23/04 que e aprovada e segue dando ciência dos informativos disponíveis, como os ofícios encaminhados, representações externas e reuniões.

Com a palavra o conselheiro Danyel justifica a ausência da Secretaria Berenice que está participando de evento externo.

**2. Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

O conselheiro Lacerda traz informe das atualidades referente a organização da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ele traz um informe do andamento da organização

da conferência, relata que de acordo com o documento orientador as conferências livres devem anteceder as conferências municipais, porém tem muitos municípios e conselheiros com dúvidas, pois o documento não esclarece que conferência é de exclusividade das crianças e adolescentes e a comissão resolveu encaminhar uma orientação para sanar as dúvidas, tendo em vista que os materiais divulgados não tratam do tema de forma ampla, não trazendo direcionamento para esse público especificamente. A Minuta de Orientação a respeito das Conferências Livres para Crianças e Adolescentes será encaminhada para os CEDCAS e Fóruns e publicada no Portal do Conanda e redes sociais.

Outro ponto de discussão foi quanto à proposta de data da realização da conferência, no documento orientar traz como data provável o mês de outubro de 2019, porém esta data não estava fechada. O fechamento da data se faz necessário devido à escolha do local e demais providências. Assim como também a questão escolar das crianças e adolescentes. Foram propostas os dias 24 a 27 de outubro, para evitar a perda de aula, para alguns conselheiros o fato da realização no fim de semana, devido à horas extras dos colaboradores pode complicar. O presidente do Conanda se manifesta que a essência do trabalho é a criança e o adolescente e isso é fundamental, ele propõe a aprovação da data com a observação questionada pelos conselheiros, ficando assim aprovado o calendário, solicitando que o processo licitatório seja cumprido e colocada a observação da legislação trabalhista vigente. Por último foi discutido sobre a logomarca, a comissão não conseguiu avançar para definição da logomarca, foram encaminhadas algumas propostas pela Assessoria de Comunicação do MDH, porém não alcançou o objetivo esperado pela comissão por não estar muito de acordo com o tema, será apresentada outras propostas para dialogar na próxima assembleia.

O presidente do Conselho faz a apresentação dos visitantes.

### **3. Relato das comissões:**

#### **a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF**

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

O conselheiro Edmundo dá início à relatoria da comissão com a pauta referente a um questionamento do último edital, um Fórum de debates sobre aplicação do Mrosco questionou que no Edital constava a necessidade de seleção pública para os funcionários que fossem trabalhar nos projetos, porém a lei 13.019/2014 estabelece que as entidades da sociedade civil, quando forem contratar, possam cumprir as regras do Marco Regulatório da Sociedade Civil onde a entidade pode nomear equipe da própria instituição. A ABONG encaminha um ofício à SNDCA que foi enviado para consulta jurídica do MDH para emissão de parecer quanto à solicitação de exclusão do item do referido Edital.

O CMDCA de Belo Horizonte fez uma provocação quanto o Edital em que não consta a obrigatoriedade de registros das entidades nos CMDCA's para apresentação de projetos, isso gerou vários debates e a comissão encaminhou para que a mesa diretora decidisse se essa pauta será

encaminhada para outra comissão ou se retorna para a COF fazer uma profunda reflexão sobre o sistema de registro.

Quanto a comissão de seleção foi realizada a primeira reunião, analisaram 91 propostas e dessas 56 foram eliminadas sendo mais por abrangência, 15 desclassificadas e 20 classificados. Será publicado o resultado preliminar no site do MDH em 11/05/2018.

Na assembleia passada foi feito informe sobre a reunião com o Secretario Executivo do Ministério para tratar da decisão do Tribunal que julgou a Resolução do Conanda, os artigos 12 e 13, foram feitos dois encaminhamentos, um foi fazer contato com a Advocacia Geral da União para que reverta o posicionamento e a outra o Conanda emitiu uma nota publica informando o status do julgamento, a próxima atitude seria alterar a legislação, foi encaminhado um texto para que os conselheiros contribuíssem e só um conselheiro contribuiu e será apresentado agora o texto que a comissão trabalhou. Após aprovado esse texto será encaminhado ao ministério para que seja estudado a possibilidade de tornar-se um projeto de lei. A conselheira Glicia faz leitura do texto, a conselheira Lucimara solicita que faça observação a portaria interministerial de 04 de abril de 2018 que libera recursos do fundo para o projeto “criança feliz”, a conselheira Glicia afirma que a portaria não libera recursos do fundo. Após a leitura o presidente do conselho consulta a plenária e todos concordam com o texto, porém com alguns ajustes.

Referente às caravanas, com o aumento de um dia na da região sudeste e a divisão das caravanas do nordeste em duas assim como realização da caravana da diversidade que será separada do congresso indígena, se faz necessário uma suplementação de R\$ 350.000,00 para cobrir estas despesas. Em votação a suplementação desse valor foi aprovado por unanimidade.

Finalizado a relatoria da COF.

#### **b. Comissão de Mobilização e Formação – CMF**

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta

A conselheira Roberta inicia a relatoria e expõem que a pauta dessa reunião era de três assuntos, porém o primeiro era referente à Escola de conselhos e SIPIA, não foi possível a participação da representante da Secretaria. O conselheiro Danyel explica que a coordenadora Anete Lemes da Coordenação Geral do Sistema de Garantia de Direitos se encontra de licença médica.

O segundo ponto de pauta foi o monitoramento e avaliação do Projeto Caravanas com a participação de representante da FLACSO. A representante a Sr.<sup>a</sup> Salete Valesan com a fala, relata a parceria com o Conanda e agradece a boa cobertura da consultora de comunicação Ana Claudia por estar desempenhando um trabalho com excelência e diz que as Caravanas foi um grande acerto.

A também representante da FLASCO Sr.<sup>a</sup> Maria Izabel traz a apresentação da avaliação das caravanas já realizadas, com todos os conteúdos, metodologias e resultados. A Caravana da Diversidade

irá considerar os 10 seguimentos de diversidade que foram selecionados por meio do Edital do CPA e conselhos nacionais envolvidos com a temática, A FLACSO irá apresentar uma metodologia e possibilidades de escolhas a partir das representações. Incluir na metodologia resolução do Conanda e marcos regulatórios dos PCT. Quanto a Caravana da Diversidade e encontro do CPA, eles dependem da aprovação da Carta Acordo firmada com a FLACSO, que no momento está em revisão no MRE.

Em debate as datas sugeridas para as próximas Caravanas:

Região Sudeste: 18 a 20 de julho.

Com a participação dos conselheiros: Regina, Roberta, Anna Beatriz, Jimena, Thais e o presidente encaminhará mais dois nomes.

Caravana da Diversidade: 8/9/10 de agosto.

Caravana Nacional: 30 e 31 de agosto.

O conselheiro Manoel pede para prestar uma homenagem a Maria Lucia, Coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua na Bahia, que acabou de falecer, o conselheiro Edmundo relata que foi uma grande perda, pois ela fazia um grande trabalho. O presidente do Conanda pede um minuto de silêncio em seguida faz a homenagem a ela.

Esta encerrado o primeiro dia de assembleia.

## **26/04/2018 - Segundo dia da 271ª Assembleia Ordinária.**

O presidente do Conanda faz abertura do segundo dia de assembleia, informa que será posteriormente colocado em votação a mudança de calendário da assembleia de junho devido a copa do mundo, estão avaliando a possibilidade de não haver assembleia em junho e em julho fazer as duas seguidas. No momento estão avaliando para no período da tarde se discutir e abrir espaço para discursões.

### **1. Continuação dos Relatos das comissões:**

#### **a. Comissão de Políticas Públicas /CPP.**

Coordenador: **Catarina de Santana Silva**

Relatoria: **Maria Yvelonia**

A conselheira Maria Yvelonia inicia a relatoria explicando que a comissão a cada reunião revisita o planejamento para verificação quais os pontos ainda não foram encaminhados em relação ao planejamento. Um dos pontos que precisam de posicionamento são encaminhamentos aprovados na assembleia anterior a respeito da situação de violação de direito das crianças e adolescentes indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente no município de Dourados. Os encaminhamentos eram uma vista técnica *in loco* no município de Dourados/MS, reunião com os principais atores locais de Dourados e do Estado, com vista a entender os fluxos estabelecidos para os atendimentos dos casos de violação de direitos; visitar carta do encontro de Cuiabá e a carta do encontro de Campo Grande em 2015, visitar relato da assembleia de 2015 sobre a pauta indígena no



Conanda; ofício do Conanda ao MDS para saber sobre a disseminação do Trabalho Social com famílias indígenas; GT com a FUNAI para discutir as questões das crianças e adolescentes, identificando a melhor forma de encaminhamento. A conselheira Catarina afirma que recebeu retorno da FUNAI com documento que está no site, na área do conselheiro, assim como também o Conselho Estadual respondeu que estão acompanhando e irão propor formação para o pessoal do SGD. A Comissão não acha isso suficiente, pelo o que foi apresentado pela representante da Funai, a senhora Rita, e que este assunto estará sendo acompanhado. O conselheiro Romero questiona que, com relação à pauta indígena, entre alguns encaminhamentos ele pergunta se o CNJ deu retorno referente a quebra do sigilo com relação aos processos de destituição do poder familiar. O presidente do Conanda explica que esse encaminhamento não foi feito e será encaminhado, a conselheiro Jimena esclarece que será mais produtivo fazer uma visita e não somente encaminhar um ofício, o presidente propõe que até o final do dia construa uma proposta para encaminhamento ao CNJ, a conselheira Jimena esclarece que existem vários encaminhamentos ao CNJ sem retorno, e que são casos de extrema urgência, pois tem adolescentes morrendo nas unidades socioeducativas e que é necessário abordar outras medidas para impactar. Conselheira Lucimara sugere que seja solicitada a participação da 6ª câmara de coordenação e revisão do MPF que trata povos indígenas e comunidades tradicionais para a reunião da mesa diretora, pois eles possuem conhecimento de todos os acontecimentos daquela região.

O segundo ponto tratado na reunião foi a devolutiva da reunião com representante do Conselho Nacional de Educação sobre a questão da aprendizagem, a conselheira Catarina reforça que esse tema vem sendo pautado desde o ano passado e não receberam retorno do MEC. Não há reconhecimento por parte do MEC sobre a aprendizagem. Ficam aprovados os encaminhamentos seguintes: Agendar reunião da CPP junto a CONAETI, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, e FNPETI sobre a aprendizagem no mês de maio; oficializar o MEC/CNE sobre a participação do CONANDA na audiência sobre a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC), afim de fazer incidência; continuar articulação com o fórum de aprendizagem profissional, Unicef fará incidência sobre o tema aprendizagem junto a atores pertinentes e equipe de educação, para saber como pode contribuir com o tema; enviar ofício ao CNE solicitando status da resolução sobre aprendizagem; Secretaria Executiva entrar em contato com os conselheiros do MEC a respeito da participação nas reuniões do Conanda; o conselheiro Lacerda verificar a possibilidade do Conanda participar como convidado da Conferencia Nacional, mobilizada pelo Fórum Nacional Popular de Educação em maio/2018; Ofício ao MEC solicitando informações sobre o CADARA; A CPP irá produzir uma Nota Publica sobre aprendizagem que enviará à Secretaria Executiva do CONANDA que encaminhará para os conselheiros com prazo de 10 dias para contribuição.

Foi abordado o assunto sobre solicitação ao IBGE para inserção de campos no PNAD sobre crianças e adolescentes em situação de rua, solicitado pela instituição “Criança não é de Rua” devido a ausência de dados acerca de crianças e adolescentes em situação de rua, ficando os encaminhamentos de Convidar o IBGE – com vista a apresentação de proposta de inclusão de pergunta no Censo



Demográfico para tratar das especificidades da infância e adolescência, no mês de maio/2018, caso não seja possível a reunião, enviar ofício com as sugestões colhidas pela comissão, com o objetivo de obter informações sobre criança e adolescentes em situação de rua, porém, a CPP aproveitará a oportunidade para saber sobre as possibilidades de inserir mais informações sobre as especificidades da área da infância e adolescência, assim os conselheiros poderão encaminhar contribuições para a reunião até o dia 11 de maio de 2018.

Como último ponto discutido foi a leitura da minuta do Decreto de regulamentação da lei 13.431, de 04 de abril de 2017, a leitura foi feita pela Conselheira Maria Yvelonia, durante a leitura foram realizados destaques para inserções e alterações da redação. O conselheiro Danyel expõe os trâmites necessários como passar pela análise jurídica e depois casa civil.

O presidente do Conanda informa que será necessário fazer um ajuste na pauta aprovada ontem, sendo a próxima relatoria da CDHAP, em seguida os grupos temáticos, nomes para caravanas, todos de acordo está aprovada a pauta.

### **Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP**

Coordenador:  
Relatoria: Mariana

A conselheira Mariana inicia a relatoria informando que foi discutida a minuta da resolução sobre as crianças em situação prisional, receberam várias contribuições e todas foram consolidadas. Destacou-se a necessidade de a resolução deixar claro que deve ser priorizada a liberdade e prisão domiciliar da mulher gestante e mãe, em detrimento da manutenção da criança na prisão e ressaltou-se a necessidade de tratar outras temáticas correlatas ao tema de convivência familiar de crianças e adolescentes, tais como visitas em presídios e sistema socioeducativo e a comissão sugere após uma nova resolução. Ela pergunta como será a apresentação, o presidente sugere que seja feito a leitura somente do que é possível resolver, pois já passou pela comissão. A conselheira faz a leitura e é aprovada por unanimidade, como encaminhamento fica enviar via ofício a todos os Fóruns, Conselhos (Todos os Nacionais, FONACRIAD, PNAMPE/MJ), DEPEN, CNMP, CNJ, OAB, CNDH, IBCRIM, IBDCRIA, AMB, ANADEP, CONAMP, DPU.

A conselheira Mariana expõe o próximo ponto trabalhado pela comissão, que foi a missão conjunta com Comitê Nacional de Prevenção Combate e Tortura e Mecanismo Nacional, foi recebida proposta de missão conjunta entre o Comitê Nacional de Prevenção Combate e Tortura e Mecanismo Nacional e o CONANDA, com expectativa de visitas às unidades de internação que apresentam assassinatos, com a indicação do conselheiro Romero para integrar, pois ele já participa das comissões relacionadas ao Sinase. O conselheiro Romero justifica que devido ele já estar em várias representações será necessária outra indicação. O presidente consulta se a plenária está de acordo com os encaminhamentos e fica aprovada.

Outro ponto de pauta e uma nota publica sugerida pela comissão em relação ao PL 7.119 de 2017 de autoria da Deputada Laura Carneiro, sobre o casamento infantil que faz uma alteração no código civil, tirando as exceções legais de casamento infantil, sendo quando havia gravidez ou para isentar o criminoso de suas práticas como no caso de estupro, a sugestão e uma nota acordando o posicionamento favorável à aprovação do PL 7.119/2017. A relatora Mariana faz a leitura observando os destaques, não houve pedidos de destaques e a nota foi aprovada por unanimidade, em seguida será encaminhada para o Conselho da Mulher, CNDH, Congresso (CSSF/Câmara, CCJ), CNJ, CNMP, ANADEP, IBDFAN, OAB.

O próximo ponto é o projeto de lei que altera alguns dispositivos referentes aos conselhos tutelares, foi elaborado um anteprojeto no tema de conselhos tutelares na época do GT que elaborou a Resolução 139 do Conanda, tendo sido o texto atualizado de acordo com as alterações legislativas que se sucederam. A expectativa inicial é que o projeto seja submetido à consulta pública e a mesa diretora acordou de passar também pelo Conanda com contribuições dos conselheiros. Destacou-se a necessidade de dialogar com Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares e convidá-los para a próxima reunião da comissão para fechar uma proposta, já existe o PL nº 1.265/2011 que receberam notas técnicas da SNDCA que poderá ser observado para criação da minuta do anteprojeto. E como encaminhamento ficou a socialização da minuta do anteprojeto com conselheiros até o dia 06/05. Aprovado os encaminhamentos.

A conselheira Mariana passa para o próximo tema e com a fala a conselheira Glícia que participou de reunião no dia 24 de abril na PFDC sobre o tema de Classificação indicativa e vai expor a situação atual. A conselheira esclarece que na reunião a discussão foi sobre como será regulamentado as artes visuais. Devido ao ocorrido nos museus, as associações dos museus resolveram pedir uma orientação de como os museus devem proceder. Foi assumido o compromisso de trazer o assunto para o Conanda e aqui solicitar a presença do Ministro para que ele oriente o que realmente será feito. Há proposta de alteração da Portaria nº 268/2014 do Ministério da Justiça, especialmente do artigo 8º, que trata da autorização parental. Instituições das artes visuais, especialmente museus, demandam um manual de classificação específico para tais conteúdo. Como encaminhamento, o Conanda deve acompanhar e participar de maneira sistemática do debate sobre classificação indicativa; Convidar Ministro Torquato Jardim ou representante do Ministério da Justiça para expor proposta de mudança na política de classificação indicativa na próxima reunião, na plenária, antes da publicação da alteração portaria – MJ nº 368.

Dando continuação a relatoria a conselheira Mariana menciona que tinha uma sugestão de fazer uma nota com relação à violência nos protestos do Paraná, relativos à prisão do Ex-Presidente Lula, foi circulado por e-mail essa proposta e não foram recebidos insumos dos órgãos locais de proteção de crianças e adolescentes para produção do texto, motivo pelo qual a nota será adiada. Fica encaminhado o adiamento para deliberação na próxima assembleia, caso chegue esses insumos.

E por fim, como último ponto, a elaboração de uma nota sobre a intervenção Federal no Rio de Janeiro, foi elaborada minuta com base no posicionamento público do Fórum DCA. A Comissão entendeu que o posicionamento por nota perdeu o *timing* e seria mais adequada a construção de uma recomendação no tema, focada principalmente no estabelecimento de diálogo institucional com as organizações do Rio de Janeiro e órgãos Nacionais como o ObservaRio. Como encaminhamentos ficam: recuperar a discussão da última assembleia; conselheiros indiquem sugestões para a recomendação, em Plenária, para a construção de referida Recomendação; reiterar documentos enviados (RJ e CEDCA); resgatar material do MDH para o interventor e as recomendações do ObservaRio e as ações da Secretaria. O conselheiro Danyel fica de encaminhar o relatório dessas ações. Fica acordado que após receber as contribuições a secretaria Executiva do Conanda irá enviar aos conselheiros com o prazo de 10 dias para contribuições.

A conselheira Jimena questiona a necessidade de receber o material informativo das ações do Rio de Janeiro. Fica aprovado os encaminhamentos da comissão.

A conselheira Thais com a fala comunica que recebeu a pouca a notícia que vazou informações do banco de dados de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e diante da gravidade ela propõe o envio de um ofício ao CNJ pedindo informações sobre quais as providências estão sendo adotadas para proteger esse público e informações sobre quais as providências estão sendo adotadas para proteger esse público. Fica acordado que a conselheira Thaís auxilie na construção do texto para o ofício.

O presidente do Conanda deseja a todos boa tarde e faz proposta de que inicie a pauta da tarde pela votação da prorrogação dos GTs, após o fechamento dos nomes das caravanas e logo em seguida a decisão da assembleia de junho/julho, na sequência consulta a plenária sobre outras sugestões e todos concordam.

Dando continuidade o presidente do Conanda, professor Marquinhos, explica que devido à demora entre a constituição dos GTs e o início das atividades será necessária a prorrogação, abre ao plenário se há concordância ou se alguns dos GTs não tem essa necessidade de prorrogação. A conselheira Glicia solicita que seja justificada a necessidade da prorrogação e o presidente propõe que seja feita pelos representantes de cada grupo. O conselheiro Danyel, representante do GT de Letalidade, inicia a justificativa dizendo que há essa necessidade, pois o produto do GT que será entregue é uma ação de prevenção a mortalidade e outras violências e não foi totalmente formatado, sendo necessário mais tempo para sua conclusão. A conselheira Jimena relata que o produto do GT do SGD é uma minuta de resolução com duas etapas, uma a construção do texto e outra a escuta qualificada e setorializada que necessita de um período bem maior. A conselheira Lucimara, representante do GT Povos e Comunidades Tradicionais, solicita prorrogação devido a não realização da reunião de fevereiro que já impactou o cronograma e também por ser necessário identificar os serviços e ações já existentes nos Ministérios que compõem o GT para depois iniciar a descrição e textualizar tudo, será necessário a escuta de um indígena que esteja impactado com as questões ambientais para após formar uma

estratégia possível para uma consulta pública do texto. Fica aprovado por unanimidade a dilação de prazo para todos os grupos temáticos até o final do mês de outubro de 2018.

Definição dos nomes dos conselheiros que participarão das caravanas da região norte e sudeste.

Norte: Jimena, Romero e Roberta;

Sudeste: Regina, Catarina e Roberta.

Votação: 12 votos de aprovação, 2 votos contrários e 2 abstenções.

O presidente expõe a questão da assembleia de junho devido a copa, a proposta seria a junção delas em julho se estendendo alguns dias para sanar todos os assuntos. Abre a fala aos conselheiros e a maioria decide por manter a data do calendário e quando chegar a copa avaliar como proceder.

## **2. Relatoria dos Grupos de Trabalhos.**

### **a) Relatoria do GT Sistema de Garantia de Direitos:**

A coordenadora Jimena relata que é muito importante esse espaço na plenária para que todos tenham conhecimento de como estão os trabalhos dos GTs, o objetivo desse GT e apresentar uma proposta de minuta de revisão da resolução nº 113 que no final será uma nova minuta sobre o Sistema de Garantia de Direitos. Já foi apresentado o plano de trabalho e foi realizado estudo sobre a política nacional da infância, verificando o que se pode aproveitar para melhorar esse sistema. Todo material que foi discutido na X Conferência está sendo aproveitado para incorporar no texto o que é cabível, foi solicitado a apresentação dos sistemas SUS, SUAS e SENAPIR e está sendo providenciado um quadro comparativo entre esses sistemas, principalmente no que diz respeito a estrutura, governança, financiamento e espaço de tomada de decisão para ver o que se aproxima ou não. Tem também a tarefa de trabalhar com dois sistemas internacionais e será feito uma abordagem sobre os marcos regulatórios internacionais, nesse momento o grupo está trabalhando na elaboração do texto base, esse processo deverá ser até maio ou junho. Na sequência será o processo de escuta, que será por seguimento. Está sendo aproveitado os relatos das caravanas nesse texto e espera-se que até setembro as escutas sejam finalizadas.

### **b) Relatoria do GT Letalidade:**

O coordenador Danyel relata que o GT iniciou os trabalhos com exposições sobre o que já foi feito acerca do enfrentamento da letalidade dentro Governo e da SNDCA, foi verificado o programa de redução da violência letal que pode ser aplicado pelos municípios e a construção de um plano de violência letal por meio de consultoria contratada pela SNDCA, além de diálogos realizados com a Unicef e também com o Ministério de Saúde, que apresentou vários dados importantes. Um dos fatores norteadores de decisões foi a questão de não produzir algo baseado em informações, pois já existem bastante dados sobre esse tema. Após todas essas escutas, foi concluído o que seria o fruto desse GT e ficou deliberado a elaboração de uma ação, estratégia, ou programa para prevenção de letalidade, mortalidade e violências. Foi observado o programa do MEC para controle e evasão escolar o

“PRESENÇA”, com esse método é possível obter várias informações relativas à ausência da criança/adolescente e possibilitando avaliar se há intenção de abandonar a escola. A ideia do GT é que a partir desses dados seja possível formalizar uma ação concreta para evitar a letalidade, pois muitos adolescentes, após abandonar a escola encontram-se em maior vulnerabilidade.

**c) Relatoria do GT Povos e Comunidades Tradicionais:**

A conselheira Lucimara relata que o GT iniciou suas atividades em setembro de 2017, com a definição de cronograma, plano de ação e metodologia do trabalho e de apresentação dos componentes, contextualização sobre a criação do GT, construção do plano de ação e cronograma. Identificar ações, serviços, políticas e outros insumos existentes sobre o tema, bem como as respectivas instituições responsáveis, diálogo com os Ministérios responsáveis sobre as práticas metodológicas identificadas pelo GT e potencial para o processo de elaboração de estratégias de aprimoramento do atendimento. Isso seriam com o nivelamento de ações por meio de identificar pesquisas e fontes de informação, programas e serviços existentes identificando as ações, os serviços, as políticas e outros insumos existentes sobre o tema, bem como as respectivas instituições responsáveis. É necessário reforçar a participação de alguns parceiros para melhor contribuição, o GT está no empasse se irá ter um fluxo de atendimento ou não. O presidente do conselho registra a ausência do conselheiro Renato no período da tarde, devido a não estar se sentindo bem.

O conselheiro Romero pede a fala para deixar registrado a não participação do Conanda no Encontro Nacional de Reordenamento do Serviço de Acolhimento e traz isso com muito pesar, pois nesse conselho além de existir esta comissão com este tema e instrumento de debate é que se faz necessário este Conselho retornar a discursão da política e não apenas ser um Colegiado que funciona a partir de resoluções que não tem incidência na política nacional. A conselheira Lucimara reforça a necessidade de acompanhar os fatos ocorridos no MDS em relação à criança e adolescentes e deixa como encaminhamento que a representante do MDS possa apresentar esse plano de reordenamento que foi aprovado na próxima assembleia. Ela avisa do evento da AMSK que ocorrerá em 03/05 com apoio desse conselho, com recurso do Fundo Nacional que irá discutir sobre a Resolução 181, com a participação de crianças de povos e comunidades tradicionais e abre o convite a todos.

O presidente do Conanda retoma a palavra e passa para o conselheiro Danyel que justifica, em resposta ao questionamento do conselheiro Romero, que a Secretária Berenice esteve na abertura do Evento. Quanto ao PIA, Danyel relata que foi discutido neste Conselho em 2016 e esteve em consulta pública, retornando em seguida ao MDS. Ele responde à conselheira Lucimara que no evento não houve aprovação do reordenamento e sim uma discussão sobre o tema e que o MDS pretende trazer ao Conanda. Em questão a nota técnica sobre o PPCAAM, não acharam necessário trazer ao pleno mas poderá abrir a discursão quando necessário.

O presidente do Conanda diz que é válido solicitar a representação do MDS para esse discursão. Ele indaga que não vê problema em alguns demonstrarem insatisfação, nem todos concordam com tudo,

porém parte das últimas colocações ele não está de acordo, enquanto representante da CUT, e não como presidente. Pois as resoluções tem sim seu valor. É necessário, apesar das adversidades, buscar consenso entre todos aqui para que a política caminhe, ele agradece a todos os participantes e aos servidores do conselho pela dedicação.

**17h00:** Encerramento da 271ª Assembleia Ordinária do Conanda.